

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.580.504 - RJ (2019/0269116-2)**

AGRAVANTE : ALEXANDRINO GOMES DE LEIRAS  
AGRAVANTE : EDMÉA GOMES VALÉRIO  
AGRAVANTE : NATHALIA GOMES DE SOUZA  
ADVOGADOS : RENATA FERNANDA PINHEIRO DA CRUZ - RJ096267  
ROBERTO VENCESLAU VIANNA - RJ133306  
AGRAVADO : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS -  
CEDAE  
ADVOGADOS : MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501  
PATRICIA SHIMA - RJ125212  
IGOR DE CARVALHO DOS SANTOS - RJ187537  
SABRINA LUIZA SOUZA DOS SANTOS SERRANO -  
RJ223546

**DECISÃO**

Alexandrino Gomes de Leiras, Edméa Gomes Valério e Nathália Gomes de Souza ajuizaram ação ordinária, c/c antecipação de tutela, contra a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE objetivando acolhimento jurisdicional de declaração de inexistência de quaisquer débitos referentes ao contrato de prestação de serviços de água e esgoto no imóvel em que residem, além de reparação indenizatória por dano moral e material, tendo em vista a deficiência do serviço oferecido pela companhia ré, não garantindo o abastecimento de água de forma ininterrupta.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negou provimento ao recurso de apelação dos particulares/consumidores, mantendo incólume a decisão monocrática de improcedência da ação (fls. 200-205), nos termos da seguinte ementa (fls. 311-312):

APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CEDAE. ALEGAÇÃO DE PRECARIÉDADE DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, QUE OCORRE DE FORMA INTERRUPTA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO INTERPOSTA PELOS AUTORES. SENTENÇA QUE MERECE SER MANTIDA. PROVA PERICIAL PRODUZIDA QUE APONTOU PARA A EXISTÊNCIA DE DOIS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA NA RESIDÊNCIA DOS AUTORES, NÃO HAVENDO NOS AUTOS QUALQUER INDÍCIO DE QUE ESSES NÃO ESTÃO SE MOSTRANDO SUFICIENTES PARA ATENDER O CONSUMO FAMILIAR NOS DIAS EM QUE NÃO HÁ O MENCIONADO FORNECIMENTO. INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL. POSSIBILIDADE DE INTERMITÊNCIA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA. INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE ABASTECIMENTO 24 HORAS POR DIA. OBRIGAÇÃO DO CONSUMIDOR DE MANTER

RESERVATÓRIOS, NA FORMA DO DECRETO ESTADUAL 553/76. PRECEDENTES DESTA CORTE. CONDENAÇÃO DA APELANTE AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 12% SOBRE O VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA, NA FORMA DO ART. 85, §11 DO CPC, OBSERVANDO-SE A GRATUIDADE DE JUSTIÇA CONFERIDA À DEMANDANTE. RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (fls. 339-345).

Alexandrino Gomes de Leiras e Outros interpuseram recurso especial, com fundamento no artigo 105, III, alínea *a*, da Constituição da República, alegando violação, pelo aresto vergastado, dos arts. 186, 927, e seus §§, e 944 do Código Civil, bem assim dos arts. 4º, 6º, VI e X, 14, § 1º, I, e 22, *caput* e seu § único, todos do Código de Defesa do Consumidor, porquanto, em apertada síntese, uma vez que devidamente comprovada a precariedade no fornecimento do serviço de abastecimento de água, de forma a caracterizar ato ilícito da recorrida, deve ser ela condenada ao pagamento dos prejuízos e transtornos advindos da deficiência na prestação do serviço público essencial ao consumidor.

Ofertadas contrarrazões às fls. 382-393, o recurso especial teve seguimento negado pelo Tribunal *a quo* (fls. 404-408), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que os agravantes impugnaram a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Com relação à alegada violação aos arts. 186, 927, e seus §§, e 944 do CC, e dos arts. 4º, 6º, VI e X, 14, § 1º, I, e 22, *caput* e seu § único, do CDC, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 314-315):

[...]

A hipótese diz respeito à insuficiência do serviço de fornecimento de água à residência dos autores, o que motivou o ingresso em juízo para regularização do aludido abastecimento, bem como a condenação da ré ao pagamento pelo dano moral sofrido por tal insuficiência.

Sobre os fatos narrados na petição inicial, convém ressaltar que os mesmos não foram negados pela parte Ré, sendo certo que em sua contestação a mesma alegou que não está obrigada ao fornecimento de água 24h por dia.

De fato, nos termos dos arts. 12, §4º, 29 e 30, do Decreto 553/76, a concessionária não está obrigada a promover abastecimento de água 24h por dia, e os usuários devem manter em seus imóveis reservatórios, para suprir a necessidade de consumo, nos momentos de intermitência do abastecimento.

Art. 12 – A CEDAE, na área de sua atuação, deverá ser consultada em todo estudo preliminar ou anteprojeto de loteamento, sobre a possibilidade do respectivo abastecimento.

§ 4º - A CEDAE só abastecerá até a cota altimétrica em que as condições de abastecimento da rede local permitirem.

Acima desta cota, o abastecimento correrá por conta exclusiva do interessado.

(...) Art. 29 – Toda edificação terá reservatório de água que será dimensionado de acordo com as prescrições da CEDAE, tendo em vista as condições e o regime de abastecimento local.

Deste modo, a prova pericial produzida apontou para a existência de dois reservatórios de água na residência dos autores, não havendo nos autos qualquer indício de que esses não estão se mostrando suficientes para atender o consumo familiar nos dias em que não há o fornecimento, ou seja, durante três dias na semana.

Ademais, não foi trazido aos autos qualquer recibo pertinente à necessidade de compra de carros-pipas para o abastecimento da casa A parte autora, apesar de instada, não acostou comprovantes de pagamento das últimas faturas vencidas, bem como das vincendas ao longo da demanda. Deste modo, o pedido de declaração de inexistência de débito deve ser julgado improcedente.

[...]

Consoante se verifica dos excertos reproduzidos do aresto recorrido, a controvérsia dos autos foi dirimida com a análise e a interpretação de lei local – Decreto Estadual n. 553/1976, restando evidente que eventual violação dos dispositivos federais citados, se houve, ocorreu de forma indireta ou reflexa, não justificando a interposição de recurso especial nesse caso.

Na hipótese dos autos, o exame de suposta violação dos arts. 4º, 6º, VI e X, 14, § 1º, I, e 22, *caput* e seu § único, do CDC, bem assim dos arts. 186, 927, e seus §§, e 944 do CC, exigiria, necessariamente, a confrontação desses dispositivos com os regramentos e diretrizes estabelecidas no referido decreto estadual, atraindo, por analogia, a vedação de que trata o enunciado da Súmula n. 280 do STF, segundo a qual: “por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A respeito do óbice sumular, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 280/STF. ELEMENTO SUBJETIVO. DOLO. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - É imprescindível a análise de lei local para o deslinde da controvérsia, aplicando-se, por analogia o enunciado da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal.

III - Para a configuração do ato de improbidade administrativa, é necessária a análise do elemento subjetivo, qual seja, dolo nas condutas tipificadas nos arts. 9º e 11 ou, ao menos, culpa, quanto às condutas do art. 10, da Lei n. 8.429/92.

IV - O tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou restar comprovado o dolo na conduta do agente público, caracterizando ato ímprobo. Rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, qual seja, anular o acórdão que entendeu pela caracterização de ato de improbidade, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte.

V - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido (AgInt no REsp 1474514/PR, Relator Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, Julgamento em 26/06/2018, DJe 02/08/2018).

PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO. INEXISTÊNCIA. IMPREVISIBILIDADE DA ELEVAÇÃO DOS PREÇOS. NÃO DEMONSTRAÇÃO. LUCROS CESSANTES. NÃO COMPROVAÇÃO DE CAUSALIDADE ENTRE A ATIVIDADE DO PODER PÚBLICO E O DANO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ART. 131 DO CPC. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. EXAME DE REGRAS CONTIDAS EM CONTRATO. SÚMULA 5/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: a) não foi provado nos autos que a elevação dos preços dos insumos (PVC e ferro) tenha gerado desequilíbrio econômico nos contratos; b) no momento da assinatura dos contratos administrativos, os insumos (PVC e Ferro Fundido) já estavam com os preços majorados, sendo que a autora poderia ter desistido de celebrá-los, mas não o fez; c) ao ser constatada a majoração dos preços dos insumos, poderia ter desistido ou reivindicado condições melhores para a execução dos contratos sem sofrer penalidade administrativa; porém, preferiu assinar os mencionados contratos, devendo arcar com os ônus correspondentes; d) não houve prova da imprevisibilidade da elevação dos preços dos insumos; e e) é incabível a condenação de indenização por lucros cessantes, uma vez que não houve comprovação de causalidade entre a atividade do Poder Público e o dano.

2. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e

solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

3. No que se refere à possível violação do 131 do CPC, ressalto que o mencionado dispositivo legal consagra o princípio do livre convencimento motivado, segundo o qual o Juiz é livre para apreciar as provas produzidas, bem como para decidir quanto à necessidade de produção ou não das que forem requeridas pelas partes, podendo, motivadamente, indeferir as diligências que reputar inúteis ou protelatórias.

4. Ademais, observa-se que não há como aferir eventual violação ao mencionado dispositivo legal sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame.

5. No tocante ao alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como aos supostos danos que gerariam direito à indenização por lucros cessantes, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, bem como examinar as regras contidas no contrato, o que é impossível no Recurso Especial, ante os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

6. Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp 699182/PR, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 20/08/2015, DJe 10/09/2015).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. RESCISÃO UNILATERAL. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. PREJUÍZOS DECORRENTES. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 05 E 07/STJ. INCIDÊNCIA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ATRASO NO PAGAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ.

I - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, no sentido de i) demonstrar ser indevida a condenação em lucros cessantes e aplicação da multa contratual; e ii) inverter a conclusão alcançada pela tempestividade da apelação da Recorrida, é inviável em recurso especial, à luz dos óbices contidos nas Súmulas n. 05 e 07/STJ.

II - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual o termo inicial para a incidência da correção monetária nos contratos administrativos de obra pública, na hipótese de atraso no pagamento, não constando do contrato regra que estipule a data para o efetivo pagamento do preço avençado, deverá corresponder ao 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente à realização da obra, apurada pela Administração Pública mediante critério denominado medição.

III - O recurso especial, interposto pelas alíneas a e/ou c do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte, a teor da Súmula n. 83.

IV - A Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

V - Agravo Regimental improvido (AgRg no REsp 1494262/AM, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 11/03/2016).

Ademais, ainda que afastado o obstáculo de que trata a Súmula 280/STF, o conhecimento do apelo nobre seria estorvado pela incidência da Súmula 7/STJ, porquanto, evidentemente, seria necessário proceder ao revolvimento dos elementos fáticos dos autos, notadamente a prova pericial produzida em juízo que *apontou para a existência de dois reservatórios de água na residência* dos recorrentes, considerados *suficientes para atender o consumo familiar nos dias em que não há o fornecimento* regular de água.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial, implicando, ainda, na majoração da condenação dos honorários advocatícios em 13% (treze por cento) do valor atribuído à causa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator